

Os conflitos sócio-ambientais e os desafios teóricos das ciências sociais brasileiras: uma análise a partir da noção lefebvriana de espaço social

Avance de investigación en curso

William Héctor Gómez Soto¹

RESUMO

Este texto trata dos desafios teóricos das ciências sociais contemporâneas na compreensão dos conflitos ambientais. Ao examinar a bibliografia brasileira produzida nos últimos 20 anos sobre a problemática ambiental, observa-se que os cientistas sociais brasileiros têm recorrido a conceitos de autores tão diferentes como Bourdieu (VIEGAS, 2009), Simmel, Tilly, Tarrou, Giddens e Beck, ou ainda da sociologia da tradução (TAVARES; GOMES DOS SANTOS, 2012), porém as tradições teóricas que esses autores representam ainda não foram suficientemente exploradas.

O autor deste texto busca, na perspectiva teórica de Henri Lefebvre, especialmente nas noções de *espaço social e produção do espaço*, elementos teóricos que expliquem de uma forma distinta os fenômenos denominados de “conflitos socioambientais”.

Palavras-chave: conflitos, meio ambiente, Lefebvre

Introdução

Há muitas imprecisões e ambiguidades em relação ao tema. Os “conflitos ambientais” se confundem muitas vezes com “problemas sociais”, ou são tratados de forma isolada, quando, na verdade, um conflito socioambiental está ligado a outras problemáticas. Por exemplo, um conflito ambiental pode ao mesmo tempo ser um conflito agrário e/ou étnico.

A perspectiva de análise que se toma é que a existência e permanência dos conflitos é inerente à sociedade contemporânea e, além disso, os conflitos são expressões das contradições do espaço, tal como é proposto por Henri Lefebvre. Por isso, o equilíbrio e a estabilidade seriam meras ficções. Apresenta-se, aqui, a teoria lefebvriana apenas esboçada, mas chama-se a atenção para as possibilidades que as noções de espaço e produção do espaço podem trazer para a análise dessa temática.

Uma teoria dos conflitos

Não existe propriamente uma teoria dos conflitos, embora muitos autores tenham tratado este assunto, arriscando a construção de uma teoria ou propondo novas perspectivas para a análise dos conflitos ambientais. O conflito é uma forma de interação entre indivíduos, grupos, comunidades e classes sociais que, por sua própria natureza, são antagônicos. Esse antagonismo pode se manifestar violentamente ou não.

No centro dos conflitos, está a disputa pelo acesso aos recursos que são escassos. Porém, os conflitos não são a única forma de interação entre indivíduos e grupos; a cooperação também é o outro lado destas interações. As formas em que se manifestam os conflitos e a cooperação entre diversos atores sociais, num determinado momento histórico, podem contribuir na análise de uma sociedade.

¹ Professor do Instituto de Filosofia, Sociologia e Política da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL).

Como dito, os conflitos são disputas pelo controle de recursos escassos num sentido amplo, envolvendo também questões concernentes a relações sociais de poder, como a luta por cargos ou pelo controle de um território. Porém, o controle de recursos pode ser um fim em si mesmo ou também um meio para obter melhores posições em novos conflitos. Assim, o controle de um território, no caso de um conflito bélico, pode permitir uma melhor posição para futuras batalhas, da mesma forma que o controle de fontes de água ou de alimentos.

Bobbio *et al.* (1993) refere-se a vários tipos de conflitos existentes entre indivíduos, grupos, organizações e coletividades: há conflitos entre indivíduos e organizações, como quando um indivíduo luta por democracia no interior de um partido; ou entre minorias étnicas e o Estado, quando lutam por mais direitos. Segundo ele, os conflitos variam em sua dimensão (número de participantes), intensidade (disponibilidade para resistir até o fim) e objetivos. Definir os conflitos a partir de seus objetivos é difícil sem ter uma teoria dos conflitos. Da mesma forma, “a distinção habitual entre conflitos que têm objetivos de mudanças no sistema e os que se propõem mudanças do sistema é substancialmente insuficiente” (BOBBIO *et al.*, 1993, p. 226).

As interpretações sobre os conflitos

Num sentido muito amplo, podem-se classificar as interpretações sobre os conflitos em dois grandes grupos de autores. O primeiro grupo considera que as sociedades são um todo harmônico e equilibrado, do qual são representantes autores como Comte, Spencer, Durkheim, Pareto, Parsons. Para esse grupo, os conflitos são negativos e devem ser evitados ou reprimidos, porque atentam contra a harmonia e o equilíbrio da sociedade. Se a harmonia é a característica essencial da sociedade, segundo esses autores, os conflitos são metassociais. Ou seja, sua origem deve ser buscada fora da sociedade, por isso o conflito é considerado uma “patologia social”.

No segundo grupo, encontram-se John Stuart Mill, Marx, Sorel, Simmel, Dahrendorf e Touraine. De acordo com a classificação feita por Bobbio *et al.* (1993), esses autores consideram que os conflitos (sociais e políticos) fazem parte da natureza de toda sociedade e que exerceriam um efeito benéfico, porque incentivariam as mudanças, isto é ocorreriam melhoras sociais e políticas nas sociedades.

O caráter simplificador desta classificação dicotômica não só deixou de fora autores como Hegel, Kant e Weber, que trataram tanto a ordem quanto os conflitos, como também ajuda pouco no esclarecimento do lugar dos conflitos nas teorias dos autores de ambos os grupos, além de reunir num mesmo grupo autores tão diferentes como Marx e John Stuart Mill.

Existem autores de orientação funcionalista que se aproximam do grupo da ordem. Mas também existe uma variação de autores de orientação funcionalista, como Robert Merton, para os quais os conflitos seriam obstáculos ao normal funcionamento da sociedade. Para eles, a sociedade é uma estrutura equilibrada e estável.

Por sua vez, a perspectiva dos conflitos se divide, segundo Bobbio *et al.* (1993), em duas visões: por um lado, a concepção liberal representada por John Stuart Mill; e, por outro, a visão marxista. A concepção marxista dos conflitos se evidenciaria na luta de classes tratada por Marx em o *Manifesto do Partido comunista*. A interpretação de Bobbio *et al.* (1993) quando se refere a Marx chama a atenção para a luta de classes como expressão dos conflitos, mas deixa de lado o fundamental, que é o método dialético utilizado por Marx. Bobbio *et al.* (1993, p. 227) chega a afirmar, inclusive, que a perspectiva de Marx “é menos conflitual do que se pensa” porque, para Marx, o conflito (luta) de classes acabaria com todos os conflitos. O que indica esse tratamento superficial que Bobbio *et al.* dá à concepção de Marx resulta, talvez, de um conhecimento insuficiente do método dialético. Na perspectiva de Marx, a realidade é contraditória e, por isso, a luta de classes e a superação delas não significam, como pensam Bobbio *et al.*, a eliminação das contradições.

Na literatura recente sobre os conflitos socioambientais, mais que a Marx, os autores recorrem a Georg Simmel que, efetivamente, tem uma sociologia dos conflitos. Para Simmel, o conflito é uma forma de *sociação* que leva à unidade “mesmo que seja através da aniquilação de uma das partes em litígio” (SIMMEL, 2011, p. 568). Ele afirma isso porque considera os conflitos um sintoma violento de uma doença da qual o organismo tenta se libertar. Nas palavras dele, “é próprio do conflito resolver a tensão entre contrastes” (SIMMEL, 2011, p. 569). Ou seja, trata-se da superação dessa tensão de formas antitéticas e convergentes que levam a uma síntese nova. Para Simmel, o conflito é positivo e tem de ser visto dessa forma pela sociologia.

Nas pesquisas recentes sobre conflitos socioambientais e violência no Brasil, há uma recuperação da sociologia dos conflitos de Simmel (Ver, por exemplo, os trabalhos de BIS DOS SANTOS, 2009 e OLIVEIRA, 2009), o que mostra as dificuldades teóricas de lidar com esses fenômenos, mas também os desafios que enfrentam as ciências sociais contemporâneas, principalmente a sociologia e a economia.

O valor da natureza e o capitalismo verde

O reconhecimento de que existe uma problemática ambiental que ameaça a sociedade contemporânea questiona as certezas e os paradigmas explicativos das ciências sociais. Ou seja, até certo ponto, os problemas ambientais constituídos em objetos de estudos ameaçam a existência e a continuidade das “ciências parcelares”, sobretudo da ciência econômica. Esta última é a ciência da escassez e, segundo seus postulados teóricos, os valores dos bens são determinados a partir da sua escassez. A preocupação central da ciência econômica é a busca de mecanismos eficientes para a alocação de recursos que maximize a satisfação de produtores e consumidores.

Uma linha teórica anterior, a economia clássica, determinava os valores dos bens a partir de seu custo em trabalho socialmente necessário para produzi-lo. A determinação do valor a partir do trabalho socialmente necessário é uma ideia fundante da ciência econômica e compartilhada pelos economistas clássicos. Marx retoma essa teoria e a reelabora desde a perspectiva dialética. Segundo a teoria do valor-trabalho, uma mercadoria tem mais valor que outra precisamente pelas diferenças no custo de trabalho necessário para produzi-las. Em síntese, tem valor somente aquilo que é escasso e é produzido pelo trabalho humano. Em oposição, aquilo que é abundante e não é produzido pelo trabalho humano carece de valor. Esse suposto teórico tem se transformado no fundamento ideológico da sociedade moderna.

Até agora, tem se considerado que a natureza, compreendendo esta como o meio ambiente e os recursos naturais, é abundante e infinita, portanto sem nenhum valor mercantil. Do ponto de vista do custo em trabalho, a madeira tem valor porque é resultado de um processo de transformação, mas a árvore não, assim como todos os bens naturais: o ar, a água, as florestas, os solos etc. Alertados pela escassez dos recursos naturais e pelo reconhecimento dos limites do crescimento econômico anunciados pelo Clube de Roma no início dos anos 70, alguns economistas “ambientais” consideraram que o problema ambiental se resumia à ausência de precificação dos bens da natureza. A falta de um valor de mercado para os recursos naturais teria levado ao seu uso irracional. Isso também tem levado à produção de “externalidades negativas” como resultado das atividades econômicas: poluição do ar, contaminação das águas e dos solos etc. Em síntese, as tentativas dos economistas de incluir a natureza como objeto da ciência econômica se materializaram em propostas de novos métodos para determinar o valor dos solos, do ar, das espécies vegetais e animais em extinção e dos ecossistemas, sem romper com a lógica que dá coerência interna à economia como ciência.

Noutras palavras, busca-se transformar a natureza numa mercadoria, criando, assim, a possibilidade de um novo modo de produção capitalista, que tenha como característica a

sustentabilidade ambiental. Esse “capitalismo verde” já se anuncia nos programas ambientais das empresas, nos mercados de carbono, nos planos de desenvolvimento sustentável, nos selos verdes etc.

Sobre esse aspecto Zhouri e Laschefski (2013) chamam a atenção para o desvirtuamento da ideia inicial e do sentido de sustentabilidade dos “povos da floresta” e de ambientalistas como Chico Mendes, assassinado em 1988. Nos anos 80, a luta dos ambientalistas conseguiu difundir a ideia do desenvolvimento sustentável, ideia que teve visibilidade internacional com a II Cúpula da Terra ocorrida no Rio de Janeiro em 1992. Posteriormente, segundo Zhouri e Laschefski, a visão inicial da ideia de sustentabilidade, defendida pelos ambientalistas e pelos “povos da floresta”, foi substituída por uma espécie de adequação ao modelo de desenvolvimento hegemônico.

É possível que surjam novas relações sociais mediadas pelas preocupações ambientais e pela consciência da finitude e dos limites dos recursos naturais. Empresas e consumidores terão novas pautas de comportamento, como se visualiza atualmente, ainda que de forma incipiente nos pequenos mercados de produtos orgânicos, no controle dos consumidores sobre os produtos, nos protestos sociais diante de desastres ambientais ou irresponsabilidade ambiental das empresas.

Num texto de 1991, Graziano da Silva considerava a possibilidade do surgimento de um “Estado verde” capitalista, que preservasse as relações sociais vigentes sem destruir irracionalmente a natureza ou, de acordo com Henri Lefebvre (1973), sem criar novas relações sociais. Recentemente, no mesmo sentido que Graziano da Silva, outros autores, como Barbanti Jr (2013), atribuem ao discurso ambiental uma raiz teórica e prática liberal. Segundo ele, o discurso do *establishment* político e empresarial incorporou a necessidade de cuidar dos problemas ambientais porque eles comprometem a reprodução do capital. Apesar de essa questão ser reconhecida por alguns, os problemas ambientais ainda são considerados como externalidades negativas, ou seja, como custos econômicos e sociais que deveriam ser internalizados pelas unidades econômicas.

Epistemologia mecânica

De outra parte, a ciência econômica é incapaz de abordar os problemas ambientais, já que suas ferramentas analíticas e teóricas tratam de bens escassos produzidos pelo trabalho humano. Na visão de Georgescu-Roegen, o processo produtivo é a transformação de energia disponível em energia não disponível (lei de entropia). Esse autor mostrou que a economia não é um sistema fechado que se autoalimenta, mas é parte de um sistema (meio ambiente) mais amplo do qual se extraem os recursos e onde se lançam os resíduos. Nota-se, de alguns pesquisadores na área do meio ambiente, principalmente economistas ecológicos, uma retomada tímida da obra desse economista romeno. Ele foi um dos primeiros preocupados com os limites dos recursos naturais, mesmo antes do Relatório do Clube de Roma. Introduziu a física na teoria econômica e rejeitou a representação mecânica do processo econômico, predominante na ciência econômica.

Segundo ele, é impossível tratar a economia como um sistema fechado e isolado da natureza. Ainda assim, os economistas no Brasil continuam a se formar tendo por base a representação da economia como um fluxo circular fechado. Nesse último caso, a economia é representada a partir da relação entre produção e consumo, ou seja, entre empresas e produtos. Considerar o processo de produção como processo de transformação, como faz Georgescu-Roegen, dá uma nova perspectiva para compreender as relações complexas entre economia e meio ambiente. Não se trata apenas de um processo que produz “produtos”, mas que transforma energia disponível em energia não disponível (lei da entropia). Os verdadeiros insumos nesse processo de transformação são energia e matéria de baixa entropia. Por outro lado, o processo econômico produz resíduos de alta entropia (energia que não pode ser mais utilizada) (CECHIN; VEIGA, 2010).

Esta ideia de Georgescu-Roegen entra em colisão com o princípio da substituição dos fatores de produção da abordagem neoclássica. Assim, “os modelos que consideram a substituição entre recursos

naturais e capital violam a lei da termodinâmica, em especial a 2ª lei, sobre a entropia” (CECHIN; VEIGA, 2010, p. 446).

Apoiados nas ideias de Georgescu-Roegen, Cechin e Veiga (2010) argumentam que a reciclagem de materiais, por exemplo, nunca é total, desmistificando, assim, o suposto que o desenvolvimento tecnológico pode afastar os riscos de extinção dos recursos naturais. De acordo com essa perspectiva de análise, os processos econômicos significam a utilização intensiva de energia e matéria de baixa entropia, o que afetará a vida das gerações futuras.

As ideias de Georgescu-Roegen são os fundamentos das novas abordagens sobre o desenvolvimento sustentável. Devido a sua complexidade e não-linearidade, nem o desenvolvimento nem a sustentabilidade pode ser matematizado. Os modelos matemáticos utilizados pela economia neoclássica não conseguem captar as mudanças qualitativas dos processos produtivos. Os economistas neoclássicos reconhecem a importância dos recursos naturais, mas, para eles, é o mercado que resolveria qualquer insuficiência, até porque os recursos naturais escassos podem ser substituídos por uma combinação eficiente de capital e trabalho. O mercado, porém, não é sensível aos limites da sustentação dos sistemas biológicos (BRANDÃO, 2004).

Georgescu-Roegen (2005, p. 8) chama a atenção para a forma equivocada pela qual a economia tradicional representa o processo econômico. Nessa economia, a função de produção não diferenciaria os fatores de produção (terra, capital e trabalho) e os fluxos. Segundo ele, os economistas matemáticos descobriram um truque fantástico para não nos preocuparmos com a exaustão dos recursos naturais. Ele se refere aos economistas que, através da função de produção Cobb-Douglas, tentam provar que o capital físico pode substituir, sem limites, aqueles recursos.

A visão dos economistas sobre o processo econômico é resultado do que Georgescu-Roegen chama de “epistemologia mecânica”. Depois de Laplace proclamar, em 1814, que todas as coisas são governadas pelas leis da mecânica, William Stanley Jevons, em 1871, apresentou a economia como “a mecânica da utilidade e do interesse próprio” (JEVONS, 1986, p. 37). Daí a ampla utilização da matemática para tratar os processos econômicos. A maior parte dos manuais de economia descreve o processo econômico como um diagrama circular entre a produção e o consumo. Nessa representação, a oferta e a procura funcionam como leis naturais que permitem ao sistema econômico sempre voltar a recuperar seu equilíbrio. “Tudo é reversível, exatamente como em mecânica, onde a locomoção consiste somente de uma mudança de lugar, não de qualidade” (GEORGESCU-ROEGEN, 2005, p. 11).

A verdade, porém, é outra. Os sistemas econômicos mudam constantemente, principalmente através das inovações que são os elementos mais importantes do processo econômico. Por isso, é necessário, conclui Georgescu-Roegen (2005, p. 14), a utilização de conceitos dialéticos, porque a realidade muda qualitativamente de maneira contínua e que “o máximo que podemos esperar de um modelo aritmomórfico é descrever o crescimento puro, ou melhor, variações quantitativas puras de elementos qualitativamente diferentes mas idênticos a si mesmos”.

Os conflitos socioambientais só recentemente têm se tornado objeto das ciências sociais. Alguns autores, como Fleury (2010), visualizam alguma mudança na sociologia desde o aparecimento, nos anos 70, da questão ambiental. O problema ambiental tem obrigado a ciência econômica e a sociologia a realizarem inovações e renovações em termos de teorias, métodos e conceitos. Essas mudanças têm estremecido os fundamentos da ciência econômica e revitalizado a sociologia.

Os estudos brasileiros sobre os conflitos socioambientais

Nos últimos anos, tem-se produzido, no Brasil, uma quantidade significativa de pesquisas sobre os conflitos socioambientais. Atualmente, é visível a preocupação de alguns especialistas de avaliar esses estudos: temas tratados, teorias, métodos, alcances e limitações. A maioria desses trabalhos tem

um caráter descritivo, ou seja, descrevem a situação de conflito, mostrando suas relações com processos sociais mais abrangentes (FLEURY, 2010). Outros fazem uma tipologia dos conflitos socioambientais ou tentam demonstrar que esses conflitos questionam o modelo de desenvolvimento hegemônico e o pensamento moderno contemporâneo (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2013). Porém, um balanço completo da produção intelectual dessa temática ainda está para ser feita.

No entanto, alguns trabalhos nesse sentido já foram feitos, o que denota o reconhecimento, de parte dos cientistas sociais, da existência de um novo objeto de estudo: a problemática ambiental. Referimo-nos principalmente aos trabalhos de Vieira (1992) e de Alonso e Costa (2000).

Vieira faz um balanço inicial da produção de conhecimento sobre as inter-relações complexas entre homem e natureza. O autor busca evidenciar a emergência da problemática ambiental como um novo campo de estudo das ciências sociais, identificando as áreas temáticas por disciplina. Esse mapeamento dos temas tratados pelas disciplinas é interessante nessa fase inicial, mas não chega a analisar as perspectivas teóricas que informam os diferentes estudos sobre a problemática ambiental. Predomina, nesse trabalho, a descrição das obras e dos temas tratados, representando um importante mapeamento dos estudos sobre a problemática ambiental, porque mostra o panorama e a diversidade de enfoques. Vieira (1992) conclui que a análise da bibliografia realizada permite constatar que existe uma concentração numa área temática dominante: a avaliação dos impactos socioambientais dos processos de desenvolvimento em várias regiões do Brasil. O autor defende a utilização de uma teoria de sistema, que supere a análise disciplinar, para abordar as relações sociedade-natureza, mas que não chega a explicitar nem a mostrar sua potencialidade. Porém, ele diz que essa “abordagem sistêmica” é vista como “uma metodologia de tratamento anti-reducionista dos fenômenos sócio-ambientais” (VIEIRA, 1992, p. 16).

É outro o sentido do trabalho de Alonso e Costa (2000). O esforço desses autores busca construir uma sociologia dos conflitos ambientais a partir da “escola do processo político” ou da “análise da política contenciosa”, de Sidney Tarrow e Charles Tilly. Para Alonso e Costa (2000), a análise é insuficiente caso se centre, seja na economia, seja na cultura, ou caso privilegie um ator dentre todos os atores que interagem. Por isso, é necessária uma sociologia dos conflitos ambientais. O conflito é definido pela interação entre os atores e nem sempre é cooperativa. Pelo contrário, geralmente é conflitiva. Os conflitos surgem pelo controle de recursos e de bens, assim como em torno ao “poder de gerar e impor certas definições da realidade. Isto é, os conflitos se estruturam simultaneamente em torno de interesses e de valores” (ALONSO; COSTA, 2000, p. 9). Para eles, é o próprio processo conflitivo que constitui os agentes conferindo uma identidade nova, inexistente no início do processo. Os processos de conflitos sociais possuem um caráter histórico, em oposição às abordagens que levam em conta apenas a forma que tomam as ações coletivas no presente. Trata-se de um processo, como muito bem afirmam esses autores, em que se definem alianças, valores e (re)definição de identidades.

Alonso e Costa propõem uma sociologia da ação, resgatando a análise histórica que oferece o estruturalismo. A perspectiva teórica explicitada por eles baseia-se nas ideias da denominada “escola do processo político”, como já se afirmou anteriormente, e tem como fundamento quatro conceitos: “estrutura de oportunidades políticas”, a “lógica da ação coletiva”, “estruturas de mobilização” e “repertório contencioso”. O conceito de “estruturas de oportunidades políticas” permite descrever as mudanças no ambiente político que restringem ou ampliam as ações dos agentes, incluindo o contexto histórico, constrangimentos estruturais e mudanças estruturais que possibilitam a compreensão dos processos de conflitos. Por sua vez, o conceito de “lógica da ação coletiva” permite explicar a formação de identidade dos agentes que interagem nos conflitos e surgem no processo de conflitos. Esses agentes não são algo dado, mas surgem em oposição a outros no processo e deles surgem novas identidades. O conceito de “estruturas de mobilização” centra-se na mobilização dos atores na consecução dos seus objetivos, isto é, do controle dos recursos necessários para a ação. E o último conceito, de “repertório

contencioso”, descreve o repertório de formas de agir e de pensar com que os agentes contam em determinado contexto histórico ou conjuntura.

Essa vertente teórica sugerida por Alonso e Costa (2000) na análise dos conflitos ambientais, ainda que apenas esboçada no seu trabalho, pode alargar a compreensão dos conflitos, entendendo-os dentro de um contexto histórico mais amplo, onde os agentes não são dados, mas emergem do próprio processo de conflito que tem sua origem na estrutura social. Ainda é interessante nessa análise a agenda de pesquisa proposta pelos autores, a partir da linha teórica.

Apesar das insuficiências teóricas e da ampla diversidade de enfoques sobre os conflitos socioambientais, é necessário reconhecer que, nos últimos 20 anos no Brasil e em outros países, de acordo com Barbanti Jr (2013), se multiplicaram as teorias e práticas de promoção do desenvolvimento com preservação ambiental. A difusão da ideia do desenvolvimento sustentável, acompanhado por políticas públicas e de mudanças institucionais (criação de organismos, agências, programas etc.) está fundamentada em duas suposições: a defesa da sustentabilidade é racional e eficiente e não defender a sustentabilidade significa colocar em risco a vida humana.

A perspectiva lefebvriana

Outra perspectiva teórica pouco explorada é a que deriva da obra de Henri Lefebvre através da noção de “produção do espaço”. Lefebvre sustenta que, para sociólogos, economistas e historiadores, o conceito de “produção” aparece bem definido. Porém, quando se examina mais de perto, descobre-se que ele possui outros significados, mostrando ainda não só sua complexidade, mas também sua ambiguidade. Em Hegel e Marx, esse conceito significa, por um lado, produção de coisas, bens, mercadorias e, por outro, produção de obras, isto é, ideias, conhecimento, ideologia, instituições e obras de arte.

Lefebvre explica o surgimento da produção do espaço como conceito a partir da nova relação da economia política com o espaço. Para ele, a economia, até pouco tempo atrás ligada à estabilidade e ao equilíbrio, estaria dando lugar ao movimento. Se, antes, o movimento era uma excepcionalidade, agora, a estabilidade é apenas um momento dos fluxos. Lefebvre se refere aos fluxos de energia, matérias primas de produtos acabados, de mão-de-obra, de capitais. Para Lefebvre, tem surgido uma nova relação da sociedade com o espaço. Todos esses fluxos têm uma origem, um trajeto e um fim. Por exemplo, o fluxo do petróleo, que se origina nos países produtores até chegar aos postos de gasolina dos diversos países. Os centros urbanos são, segundo Lefebvre, os pontos de confluência desses fluxos, porém, o estudo e o planejamento dos fluxos estão em estado incipiente. Lefebvre trabalha com a hipótese de que o capitalismo é incapaz de fazer essa planificação espacial dos fluxos. O paradoxo é que tem explodido a cidade ao mesmo tempo em que ocorre um acelerado processo de urbanização. Esse duplo processo decorre do controle e domínio do capitalismo moderno sobre o espaço total, começando o domínio sobre setores pré-capitalistas, como a agricultura e a cidade. Ou seja, segundo Lefebvre, o capitalismo não só se apoia nas empresas e no mercado, mas no controle sobre o espaço através da “indústria do ócio”, onde também acontece a criação de espaços novos. Através dessa indústria do ócio, o espaço tem sido integrado totalmente ao mercado. Lefebvre se refere à praia, ao mar, às montanhas.

É no espaço onde se reproduzem as relações de produção capitalista e onde se criam novas relações sociais. Porém, isso não ocorre de maneira inercial já que o espaço, diz Lefebvre, está repleto de contradições e, por isso, a reprodução das relações sociais no espaço e através dele implicam o uso contínuo de violência.

A principal contradição do espaço, segundo Lefebvre, está entre a necessidade e a capacidade de transformar o espaço em escala planetária, por um lado, e, por outro lado, a fragmentação do espaço por causa da propriedade privada. O espaço está pulverizado, cada pedaço do espaço tem um

proprietário. Da mesma forma, há uma pulverização do conhecimento sobre o espaço, ou seja, uma fragmentação das ciências, que fazem recortes específicos para estudá-lo com métodos particulares. Porém, as noções de espaço e de produção de espaço são globais.

Na perspectiva lefebvriana, o espaço está fragmentado pelas estratégias que se cruzam e se superpõem. Os conflitos ambientais podem ser compreendidos levando em conta a existência dessas contradições e das estratégias que se cruzam, como as estratégias das multinacionais, do Estado, da energia. A análise estratégica do espaço ainda não foi feita, diz Lefebvre (2003). Diferente do que Viera (1992) demanda no seu artigo sobre a necessidade de uma análise de sistema para explicar a problemática ambiental, Lefebvre sustenta que os sistemas não podem ser estudados separadamente. Os sistemas têm uma relação com o espaço e essa relação é determinante. Não se pode estudar o sistema de transporte ou o sistema urbano de forma isolada, já que eles são apenas aspectos da problemática do espaço.

Por tal motivo, diz Lefebvre, a análise dos sistemas entrou em crise, já que trata o espaço como abstração, fragmentando-o, mas não o conhece em si mesmo. Não há um sistema total, as próprias contradições do espaço impedem que o sistema se feche em si mesmo. Para Lefebvre, há uma nova relação que se estabelece entre o corpo, a sociedade e o espaço. Essas novas relações se confrontam com as antigas que persistem. As velhas relações se impõem através da violência e utilizando o espaço como instrumento.

Por último, um elemento chave proposto por Lefebvre é crucial para analisar os conflitos ambientais desde uma nova perspectiva. Trata-se do que ele chama de gestão social coletiva das escassezes. Segundo ele, há novas coisas que são escassas: a água, a luz, o ar e o espaço. A escassez do espaço leva a problemas como a poluição, por exemplo, mas que esses “problemas ambientais” são apenas aproximações dos verdadeiros problemas do espaço.

Referências

ALONSO, Angela; COSTA, Valeriano. *Por uma sociologia dos conflitos ambientais no Brasil*. In: **Encontro do Grupo do Meio Ambiente e Desenvolvimento da CLACSO**. Rio de Janeiro, 22 a 23 de novembro de 2000.

BARBANTI JR, Olympo. **Conflitos sócio-ambientais**: teorias e práticas. Disponível em: <http://www.uni-tuebingen.de/egwinfo/susam/download/barbanti.pdf>. Acessado em janeiro de 2013.

BIS DOS SANTOS, Leonardo. *Trilhas da política ambiental*: conflitos, agendas e criação unidades de conservação. In: **Ambiente e Sociedade**. Vol. 11, nº1, p. 133-150. Campinas-SP, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/asoc/v12n1/v12n1a10.pdf>.

BOBBIO, et al. **Dicionário de política**. Editora da UNB: Brasília, 1993.

CECHIM, André Domingues; VEIGA, José Eli da. *A economia ecológica e evolucionária de Georgescu-Roegen*. In: **Revista de Economia Política** 30 (3), 2010.

GEORGESCU-ROEGEN, Nicholas. *Métodos em ciências econômicas*. In: **Economia-Ensaio**, 20 (1): 7-6, Uberlândia-MG, dezembro, 2005.

JEVONS, William. **A teoria da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1986. (Coleção Os Economistas).

LEFEBVRE, Henri. **A re-produção das relações de produção**. Porto-POR: Publicações Scorpião, 1973.

_____. **La producción del espacio**. Disponível em: <http://crucecontemporaneo.files.wordpress.com/2011/11/1c2ba-47404221-lefebvre-henri-la-produccion-del-espacio.pdf>. Acessado em 2013.

_____. **La production de l'espace**. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000.

SILVA, José Graziano da. *Uma agricultura alternativa ou um capitalismo verde*. In: **Ciência e Ambiente**. Vol. 4, nº. 6, p. 7-20. Santa Maria-RS, 1993.

SIMMEL, Georg. *O conflito como sociação*. In: **Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, 10 (30), dezembro, 2011. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/rbse/Index.html>.

OLIVEIRA, Micheline Ramos de. *Uma visita a Georg Simmel: o “conflito” como uma categoria crítica de análise conceitual fundamental para os estudos antropológicos de violências no Brasil*. In: **Revista de Ciências Humanas**. Vol. 43, nº 2, p. 537-548. Florianópolis, EDUSC, 2009.

TAVARES, Francinei Bentes; GOMES DOS ANJOS, José Carlos. *Conflitos sócio-ambientais vistos a partir da sociologia da tradução: um caso empírico no sudeste do Pará (Amazônia Oriental)*. In: **Encontro de Redes de Estudos Rurais**, 3 a 6 de junho de 2012.

VIEGAS, Rodrigo Nunes. *Conflitos ambientais e lutas materiais e simbólicas*. In: **Desenvolvimento e Meio Ambiente**. nº. 19, p. 145-157, jan/jun. 2009, Editora UFPR.

VIERA, Paulo Freire. **A problemática ambiental e as ciências sociais no Brasil (1980-1990)** – Mapeamento preliminar e avaliação crítica da produção acadêmica. BIBI, Rio de Janeiro, nº. 33, 1º Semestre de 1992, p. 3-32.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens. **Conflitos ambientais**. Disponível em: [http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/geral/anexos/txt_analitico/ZHOURI & LASCHEFSKI - _Conflitos Ambientais.pdf](http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/geral/anexos/txt_analitico/ZHOURI_%26_LASCHEFSKI_-_Conflitos_Ambientais.pdf). Acessado em janeiro de 2013.